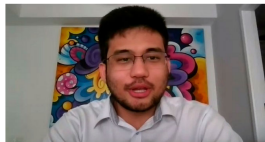


PARLAMENTARES ENXERGAM CONSENSO PARA APROVAÇÃO DA LEI GERAL DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

27/10/2020 10:30



COMPARTILHE:



Aplicia CBC:

O relator da **Lei Geral do Licenciamento Ambiental**, deputado Kim Katagiri (DEM/SP) afirmou que os principais pontos sobre o projeto foram levantados, discutidos e que o ponto já é um consenso. "Chegamos em um nível de maturidade do debate que não se via antes. A redação está pronta para ser votada em plenário e a priorização das normas e o primeiro ponto, pois de fato não existe uma lei geral de licenciamento ainda", ressaltou.

Assista o íntegro do evento.

O deputado federal Rodrigo Aguiar (PSB-SP), presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, também é defensor do projeto e acredita que mais de 80% do texto é passível de aprovação, porém, existem pontos que são importantes e que podem encontrar resistência. "Uma boa parte do texto é consensual, a respeito de melhorar esse sistema de licenciamento, mas ainda tem pontos bem complicados, por isso sugiro levar ao plenário apenas os consensos entre os diferentes setores", disse.



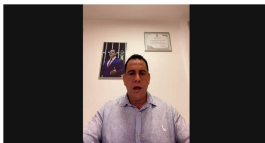
Quando o assunto é o prazo de votação, o relator acredita que o texto deve ser votado no plenário da Câmara Federal apenas no que queiram. De acordo com o relator, "o projeto já está pronto de um ponto de vista técnico, o governo e com parlamentares ambientalistas, mas a calendarização do congresso nacional, que ainda nem votou o orçamento, está bastante prejudicado". O deputado fez a afirmação durante um debate sobre a Nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental com o regido Sudeste, neste segunda-feira (28), realizado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Sinafi Nacional), com o apoio da Ademi-ES, AECO, Secovi-SP e das Sinduscon do Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Katagiri destacou ainda que o setor da construção, como outros setores, não se nega a mitigar os impactos causados, só quer saber quais são as condicionantes e que elas sejam proporcionais aos impactos. "Hoje existe uma exploração da licença ambiental de forma abusiva, por isso incluímos no relatório pontos para regular essas licenças de forma mais transparente e mais precisas nas condicionantes. Mas sabemos que o desenvolvimento econômico é necessário, mas deve ser praticado em harmonia com a sustentabilidade", alertou o parlamentar.

De acordo com o presidente da CBIC, José Carlos Martins, o evento reforçou o apoio do setor ao **Projeto de Lei 270/20**, que tramita na Câmara Federal há 15 anos. "Precisamos de uma legislação clara que reduza a insegurança jurídica. Hoje temos um emaranhado de legislações, que precisa ser uniformizado a partir do novo lei. Nós sabemos da luta para aprová-la, mas acredito que agora vamos conseguir essa vitória que vai beneficiar todo o sociedade e proteger o meio ambiente", afirmou Martins.

Rodrigo Aguiar defendeu a integração das frentes legislativas a partir da nova lei, mas alertou que o Brasil tem a maior biodiversidade do mundo, o que deve ser levado em consideração. "Sou favorável a aprovação do PL, porque hoje existem muitas regras e precisamos de uma que uniformize tudo, já que temos órgãos ambientais com pouca estrutura de análise, capacitados do servidor a ponto de obter consenso. Além disso, o leito das frentes de trabalho integrado, o que é muito bom para o setor de construção", destacou.

Já o deputado federal Josias da Vitória (CIDADANIA-ES), lembrou que a maioria dos segmentos que empreendem no país esbarram na legislação ambiental. "Eu acho que essa aprovação vai acontecer, pois ela é necessária. Precisamos entregar esse projeto para não com a flexibilização associada a garantia para preservar o meio ambiente. Se tivemos uma regra transparente não teríamos espaço para corrupção. A regra vai dar proteção e segurança aos empreendedores e ao governo, eliminando o burocrático que existe hoje, que impede a modernização e empobrecimento", ressaltou. No decorrer do debate, o deputado cobrou o retorno do estado a disposição para modificar o congresso em meio da votação do PL. "Podem contar comigo para levar o assunto de novo relevante matéria no pautas de votação", afirmou.



Presidente do Conselho Ambiental do Estado de São Paulo - Ceteils Patrícia Iglicios, falou sobre o exemplo de São Paulo e dos desafios que foram feitos no caminho do licenciamento. Segundo o dirigente, o Estado de São Paulo tem participação de discussões com FINEC, ECOMEX e IBAMA, o que tem gerado uma melhor definição dos procedimentos de consulta, resultando em maior agilidade nos processos de licenciamento. "Ter uma lei geral é positivo, mas deve-se fazer um refinamento necessário na redação", pontuou.

Para o subsecretário de regulamentação ambiental do secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, Anderson Aguiar, o consenso do PL já impulsiona, lembrando que o estado, desde 2006, já vem implementando ações que vão de encontro a redação da nova lei. "A regulamentação ambiental em Minas Gerais evoluiu de forma significativa nos últimos anos. Conseguimos manter o critério técnico transformando em um serviço mais ágil e com maior consistência no resultado, que já pode realizar os serviços ligados ao licenciamento de forma 100% digital", disse.

Marcelo Sassi, consultor da CBC, defendeu que enfrentar o licenciamento ambiental é complexo e deve ser realizado de maneira preventiva, mas da forma que está hoje, regulado por um furacão de normas, está impedindo o andamento das licenças. "A alteração do sistema de licenciamento brasileiro é essencial, pois as normas vigentes hoje são das décadas de 80 e 90, o que compromete que estão obsoletas. Precisamos de uma atualização que viabilize os mesmos regras para todos, o modernização do sistema, simplificação e segurança jurídica. São graves os pontos de falta de estrutura operacional pública para o setor de licenciamento ambiental e o notório insegurança jurídica em que vive o setor", afirmou.

O presidente da Comissão de Meio Ambiente da CBC, Nelson Sarti, reforçou a necessidade da construção de uma lei estruturada para desativar os investimentos. "Nós queremos flexibilização, mas sim uniformização, modernização, simplificação e segurança jurídica, além de dar um contexto para quem está atuando em análises técnicas. Já mudamos para o sociedade que o lei está madura e foi extensivamente discutida em todos esses anos, por isso precisamos agora que ela seja aprovada", disse Sarti.

O vice-presidente regional da CBC do regido Sudeste, Aristoteles Passos Costa Neto e empresários da indústria da construção também participaram do evento, que teve como foco debater o andamento da lei, as expectativas para aprovação e os pontos de interesse do setor da construção. "Esperamos que os líderes de entidades se mobilizem junto aos parlamentares para sensibilizarem sobre esse assunto de votação da nova lei do licenciamento. É claro que o consenso é necessário, mas a vontade política é primordial", concluiu Costa Neto.

A regido Sudeste é o terceiro a receber o webinar, que já passou pelo Sul e Centro-Oeste. A iniciativa tem interface com o projeto **"Milhas do Mercado Imobiliário"** realizado pela CBC, por meio das Comissões do Mercado Imobiliário (CMI) de Indicação de imóveis locais (CMI) e de Meio Ambiente (CMA), com o acompanhamento do Serviço Nacional da Indústria (SINA).